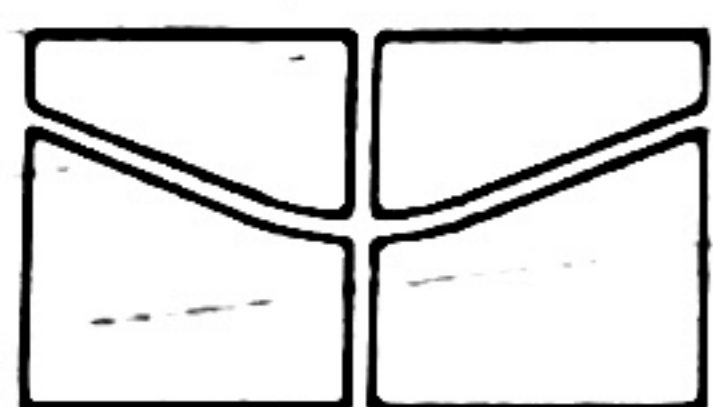
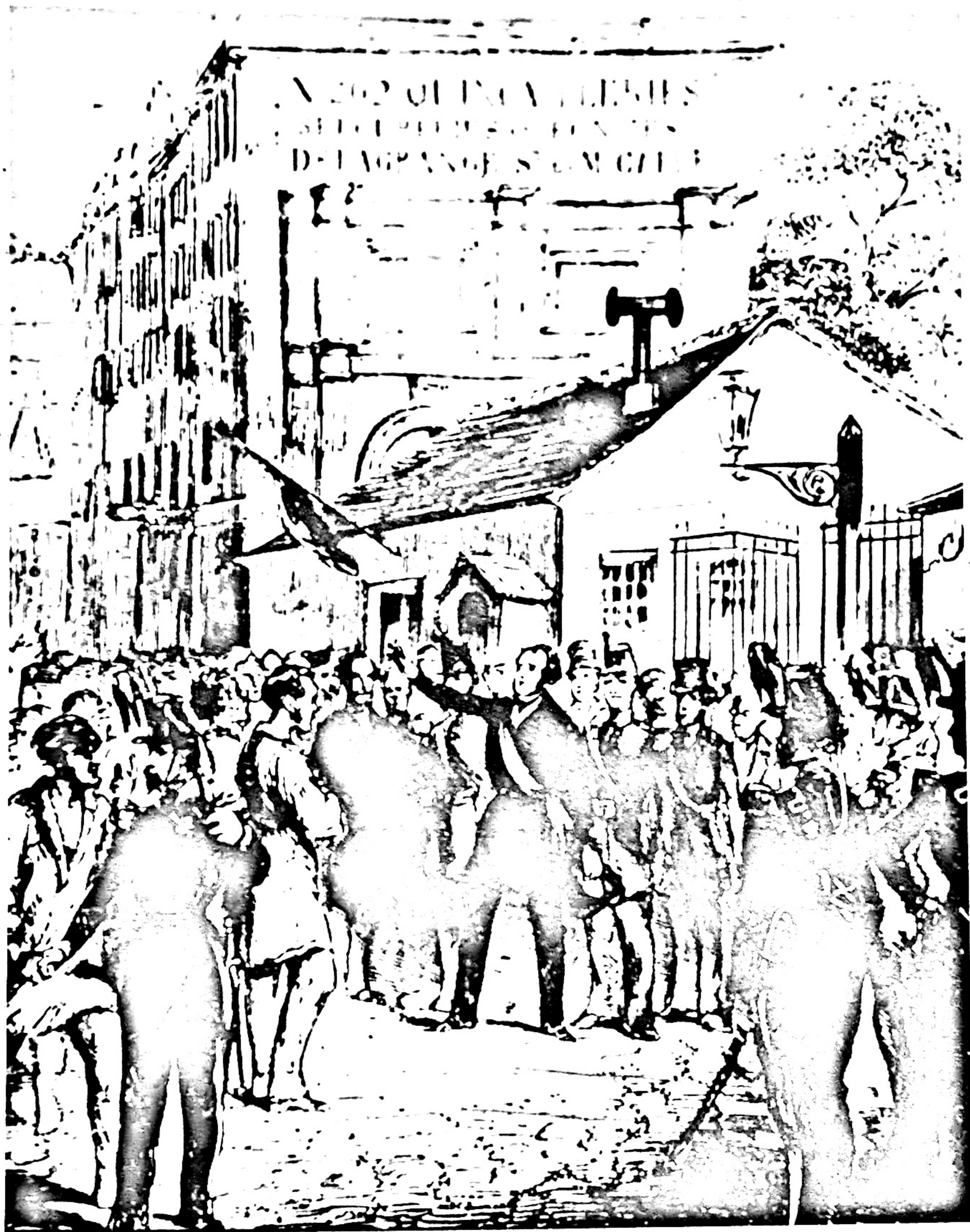


47

Jean Charlot

Os Partidos Políticos



Editora Universidade de Brasília

CAPÍTULO I

UM FENÔMENO RECENTE

Parece-nos, hoje, que o partido político constitui elemento natural de todo sistema político. É ele onipresente: nos regimes autoritários e nos liberais, nos países em desenvolvimento bem como nos industriais. Difícil é citar um Estado em que não haja, pelo menos, um partido político. No entanto, tal situação se mostra relativamente nova. "Em 1761 (na Grã-Bretanha)", lembra-nos Sir Lewis Namier, "nenhuma eleição no Parlamento era a marca dos partidos; em 1951, nenhum candidato independente foi eleito"². Não só os partidos não possuem qualquer influência antes do segundo quartel do século XIX como não existem, ou, caso se preferir, a realidade que compreende a palavra "partido" tem apenas longínquas relações com os partidos tal como os conhecemos hoje.

• A palavra

O dicionário Littré define "partido político" como uma "união de várias pessoas contra outras que têm um interesse, uma opinião contrária". O termo seria emprestado, desde a Idade Média, do vocabulário militar: um "partido" é uma "tropa de pessoas de guerra que se destaca para percorrer o campo (sentido derivado de partir, partilhar...)"; nesse sentido, falar-se-á em "partido azul", "pequeno partido de pessoas de guerra, sem comissões e sem declarações". O Littré assim ilustra este emprego: "Ele encontrou um partido azul que o roubou e o despojou". Não nos é indiferente salientar tais conotações guerreiras e pejorativas que seguem o termo partido até nossos dias. Se o dicionário Robert (1962) insiste no que une — o partido é visto como uma "organização política cujos membros realizam uma ação comum para dar (ou conservar) o poder a uma pessoa, a um grupo, de modo a fazer triunfar uma ideologia" —, o Grand Larousse Encyclopédique (1963) enfatiza sempre o que divide, ao definir o partido como um "grupo de pessoas contrárias a outras pelas opiniões, pelos interesses etc."

Na França, por exemplo, observa Jean Dubois, "a palavra 'partido' é mais antiga no vocabulário político que o termo 'classe' no jargão social"³. Retz, em suas Memórias, emprega comumente o vocábulo com relação a Fronde, e Bossuet evoca "os calvinistas, mais ousados que os luteranos, (que) serviram, diz ele, para estabelecer os socinianos (...) cujo partido aumentaram todos os dias"⁴. La Bruyère condena até "o espírito de partido", que "reduz, segundo ele, os maiores homens à pequenez do povo"⁵.

Na realidade, o vocábulo há muito é sinônimo de "tendência"; não evoca de modo algum uma organização política institucionalizada e facilmente toma o valor pejorativo de "facção", à

despreito de Voltaire que escreve em seu Dictionnaire philosophique: "o termo partido em si mesmo nada tem de aderente, o de facção sempre o é"⁶. Ainda em 1963, em The Encyclopedia of the Social Sciences, Arthur N. Holcombe salienta que a distinção entre "partido" e "facção" não é clara: "Antes, observa ele, quando todos os partidos eram vistos com desconfiança (...) os dois vocábulos se substituíam na linguagem corrente. Hoje, na medida em que os partidos são aceitos como elementos indispensáveis e, portanto, justificados nos Estados bem governados, as facções designam simplesmente, o mais das vezes, partidos de uma espécie mais nociva ou menos útil (...)"⁷. Contudo, portanto, sem ignorar este passado linguístico que por vezes colore a realidade de hoje, não ceder à ilusão da linguagem que nos impele a crer que, sob o mesmo vocábulo "partido", se esconde a mesma coisa, desde os Cavaleiros e as Tábuas redondas até os conservadores e trabalhistas, passando pelos Tories e pelos Whigs⁸.

A coisa

Os quatro critérios definidos por Joseph LaPalombara⁹, necessários para que se possa falar em partidos políticos, permitem a um tempo diferenciar os partidos modernos dos protopartidos do final do século XVIII e do início do XIX e distinguir os partidos políticos dos outros grupos, como os de pressão, clubes, grupos parlamentares e ligas!

Primeiro critério: uma organização durável – ou seja, uma organização cuja esperança de vida política seja superior a de seus dirigentes. Tal critério implica a eliminação de simples ligas, clientelas, facções ou camarilhas que desaparecem com padrinho e protetor. Noteemos, porém, que os partidos políticos podem muito bem ser fundados por um chefe carismático – como o partido gaulista, na França –, mas devem então demonstrar sua aptidão que a ele sobreviva¹⁰. De igual modo, os partidos fascistas – na Alemanha, na Itália, por exemplo – são partidos, sob este ponto de vista, na medida em que existem antes de sua possessão pelo líder mais marcante – Hitler, Mussolini – e em que sempre renascem das cinzas do fascismo, com um nome ou com outro. Observemos, igualmente, que pode um partido ter em seu seio facções, verdadeiras clientelas agrupadas em torno de tal ou qual dirigente e que se dissolvem depois dele, sem deixar de ser um partido desde o momento em que supera tais facções e que sua duração delas não depende. É o caso dos partidos japoneses em que as facções constituídas em torno de um líder ou de uma liga, geralmente oriundas de família poderosa, são reconhecidas e até institucionalizadas sob a forma de clubes, não impedindo seu caráter mais ou menos efêmero a continuidade do conjunto partidário¹¹. No todo, o critério da continuidade da organização é sobretudo útil, aliado ao da extensão da organização à escala local, para distinguir os atuais partidos dos primórdios como os Whigs e os Tories na Inglaterra do século XVIII – e Sir Lewis Namier mostra serem eles apenas nebulosas associações de interesses e clientelas, sem unidade de comportamento político, vivendo no pequeno mundo encerrado da Corte, do Parlamento e dos proprietários de terras, por não poderem contar com o povo das cidades, ainda excluído do sufrágio¹².

Segundo critério: uma organização completa, incluída a escala local. Tal critério garante notadamente a distinção entre partido político e mero grupo parlamentar. Implica a existência de uma rede permanente de relações entre o centro nacional e as unidades de base da

organização. Neste sentido, o radicalismo parlamentar é bem anterior ao partido radical, fundado em 1901 pela estruturação dos comitês radicais, das sociedades intelectuais e dos jornais radicais pela iniciativa de parlamentares desta família política.

Terceiro critério: a vontade deliberada de exercer diretamente o poder, só ou com outros, em nível local ou nacional, no presente sistema político ou em um novo. Este terceiro critério diferencia os partidos dos grupos de pressão, que simplesmente buscam influenciar o poder – sem eliminar, é claro, os partidos revolucionários que esperam o poder da ruína do sistema existente. A distinção entre partidos – devotados ao poder e às arbitragens que impõe – e grupos de pressão (incluindo os sindicatos) – que têm a tarefa de defender uma categoria social específica, um interesse particular exercendo notadamente pressão sobre o poder – nem sempre é fácil na prática. Acontece que os grupos de pressão, para cumprir sua função, apresentam e apoiam candidatos às eleições que se alinham organicamente a um partido político. Não obstante, mesmo neste caso, conservam voluntariamente uma autonomia de ação extrapartidária em sua organização e em sua estratégia. O T. U. C. por exemplo, jamais vislumbrou a possibilidade de dissolver-se no Labour Party ou de evitá-lo qualquer ação sindical no poder, fosse ele exercido pelos trabalhistas. Ao contrário, não controla realmente os deputados trabalhistas empossados pelos sindicatos.

A incompatibilidade das funções de um grupo de pressão e de um partido é verificada, ao contrário, pelo destino das organizações que tentaram a passagem de um para o outro. O poujadismo*, por exemplo, depois de seu fracasso como partido em 1956-1958, jamais pôde tornar-se novamente o agrupamento profissional representativo que fora entre 1954-1956.

Quarto critério: a vontade de procurar apoio popular, seja a nível dos militantes ou dos eleitores. Trata-se aqui, de colocar em oposição os partidos aos clubes, mesmo políticos. Um clube político é, na melhor das hipóteses, um laboratório de idéias, um grupo de pressão na ordem das idéias. Podem os partidos necessitar das agremiações, mas estas não são partidos. Se se tornarem um partido, como no caso da Convenção das Instituições Republicanas por exemplo, sem preservarem certa autonomia, perdem sua realidade de agremiação, exatamente como um grupo de pressão perde sua essência ao fundir-se totalmente num partido.

Um partido político, portanto, implica a continuidade, a extensão ao nível local e a permanência de um sistema de organização de um lado, e de outro a vontade manifesta e efetiva de exercer diretamente o poder, apoiando-se em uma audiência elitista ou popular, militante ou eleitoral, tão ampla quanto possível. Assim definido, é o partido político uma estrutura relativamente recente, ligada a certo limiar de desenvolvimento econômico, social e político.

Origem dos partidos

O modelo de Maurice Duverger sobre a origem dos partidos já é conhecido¹³. "Os verdadeiros partidos, comprova ele primeiramente, datam apenas de um século (...). Em seu

* Movimento fundado por Pierre Poujade na França, em 1954, que defendia os comerciantes e artesãos.

conjunta, o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares" (págs. 19-20).

Os partidos de criação eleitoral e parlamentar apareceram primeiro — pelo estabelecimento de uma ligação permanente entre grupos parlamentares de um lado, e comitês eleitorais, geralmente mais tardos, de outro. A iniciativa vem normalmente do grupo parlamentar. Uma vez nato, criará o partido, do centro, novos comitês eleitorais e um estado-maior distinto da direção de seu grupo parlamentar, afastando-se assim de suas origens, "embora lhes guarde profundamente a marca".

Os partidos de origem externa, exterior ao Parlamento, originaram-se, ao contrário, de grupos sociais situados fora do sistema político propriamente dito: grupos de pressão (associações camponesas, sindicais, cooperativas, ...), sociedades de pensamento (seitas religiosas, maçônica nara ...), associações de antigos combatentes etc. De sua origem conservam certo desinteresse perante as lutas eleitorais e parlamentares, uma estrutura mais secura e menos favorável aos eleitos pelo povo que a dos partidos de origem parlamentar.

Não faltam exemplos que ilustrem tal modelo e o próprio Maurice Duverger cita alguns. Um professor americano, Kenneth Janda, tentou ir mais longe ao aplicar o modelo a 277 partidos políticos no mundo e ao comparar a gênese dos partidos africanos (72 partidos estudados) com a dos partidos do restante do mundo (205), segundo as categorias definidas por Maurice Duverger¹⁴. Os resultados obtidos são puramente indicativos na medida em que representam o fruto de simples trabalho de elucidação realizado pelo aluno de Kenneth Janda. Não são muito menos sugestivos. Confirmam, primeiro, que a maioria dos casos estudados não entra nas categorias definidas por Maurice Duverger. É mister a eles acrescentar, no mínimo, uma nova categoria: a dos partidos nascidos — por fusão ou por cisão — de outros partidos ou grupos deles. Mas a ínfima porcentagem de partidos africanos de origem parlamentar — 1 em 13, se nos detivermos nas duas grandes categorias de Duverger, contra 1 em 3 no resto do mundo — permite duvidar da validade deste modelo institucional para o estudo geral e comparado da origem dos partidos.

De fato, o modelo proposto por Maurice Duverger é construído sobre a instituição parlamentar, uma vez que contrapõe os partidos nascidos em seu seio àqueles nascidos fora dela, e mesmo contra ela. Supõe ele, por conseguinte, que, no instante em que nascem os partidos modernos — tal como os definimos acima —, existem já protopartidos ("ligas", facções, clubes etc.) e sobretudo uma tradição parlamentar que os novos partidos vão renovar ou combater. Com efeito, é justamente este o caso das velhas nações européias e dos Estados Unidos. Os primeiros partidos políticos modernos se organizam, a partir de 1828, nos Estados Unidos sob o duplo signo do Presidente Jackson e da prática, logo célebre, dos "despojos". "O sistema americano de partidos, comenta Clinton Rossiter, é o mais antigo do mundo e, pelo menos por esta razão, poderiam os cidadãos dos Estados Unidos sentir muito mais orgulho do que realmente têm, tanto mais que este progresso no desenvolvimento dos partidos atesta, de forma eloquente, seu avanço no desenvolvimento da democracia constitucional"¹⁵. Já os partidos britânicos nascerão das reformas eleitorais de 1832 e 1867. Ainda em 1861, John Stuart Mill não menciona tampouco

os partidos em seu livro sobre o poder representativo (Representative Government¹⁶); o "Caucus" de Birmingham, fundado por Joseph Chamberlain, data da reforma eleitoral de 1867; as associações de registro dos eleitores (Registration Societies), de onde saíram as organizações locais dos partidos, são criadas após a lei eleitoral de 1832¹⁶. Na França, os partidos políticos aparecem somente depois de 1848. Por conseguinte, em todos esses países, os partidos surgem em um quadro político já bem diferenciado, em uma cultura política nacional geralmente bem solidificada.

O mesmo não ocorre na maior parte dos novos Estados do Terceiro Mundo, onde os partidos aparecem ao mesmo tempo que o Estado, numa espécie de vazio institucional, como corretamente observam Joseph LaPalombara e Myron Weiner. "Há muitos regimes coloniais", escrevem, "que haviam instaurado assembleias representativas e, por vezes, até um sufrágio limitado. Mesmo nesses casos, porém, os movimentos nacionalistas se recusaram muitas vezes a agir no interior do sistema parlamentar ... Ademais, a hostilidade da maioria dos regimes coloniais às tentativas nacionalistas era tal que os movimentos de emancipação nacional tiveram de se refugiar na clandestinidade ... Enfim, há casos em que os partidos de massas aparecem na ausência de qualquer sistema colonial ou parlamentar"¹⁷. Conseqüentemente, o modelo institucionalista de Maurice Duverger parece aplicar-se especialmente ao caso particular dos países europeus ou norte-americanos que fizeram sua unidade nacional — o que ainda inclui a Alemanha e a Itália — e experimentaram um sistema de representação política antes do aparecimento dos partidos políticos modernos. Este se analisa então como uma etapa nova do processo de seu desenvolvimento político.

No caso dos novos Estados da África e da Ásia, a gênese dos partidos políticos parece mais ligada a um processo de desenvolvimento econômico e social. "O partido político", escreve LaPalombara, "é a um tempo efeito e condição do impulso rumo à modernização"¹⁸. Supõe ele resolvidos certos antecedentes: econômicos — "passagem da economia de subsistência para a de mercado"; sociais — "início da alfabetização, meios de informação e de transportes, começo de homogeneização social, notadamente pela urbanização"; culturais e políticos — um poder central, uma certa vontade e capacidade de agir em conjunto¹⁹. O contexto, verifica-se, é muito diverso dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha ou da França no último quartel do século XIX. A partir daí muitas diferenças na natureza dos partidos e nos sistemas partidários, dos quais citaremos apenas dois, essenciais sem dúvida:

1. O papel das personalidades "carismáticas" nos Estados e à frente dos partidos do Terceiro Mundo. As pesquisas acerca da "socialização política" das crianças em antigos Estados-Nações como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha ou a França mostraram que a identificação afetiva com a nação e a descoberta, igualmente afetiva, do poder na pessoa de um chefe do executivo visto como um pai benevolente, protetor e muito grande, se faziam desde a primeira infância, antes da escolarização, no seio da família. Nos novos Estados, tal processo ocorre não em favor do todo nacional, mas de seus elementos — tribos, etnias etc. — que têm mais realidade sociológica. Os "partidos", criados por chefes tribais, muitas vezes só fazem refletir, no início, a

* Cujas edições em português faz parte da Coleção Pensamento Político, da Editora Universidade de Brasília.

multiplicidade das etnias e as lutas tribais. O chefe carismático, benevolente, protetor e poderoso surge então como meio transitório e eficaz de resolver esta crise da identidade nacional²⁰, com a ajuda de um partido único.

2. *O número de países do Terceiro Mundo com sistema unipartidário. "Enquanto que os partidos socialistas da Europa, explicam Joseph LaPalombara e Myron Weinar, possuíam muitas vezes a escolha entre a coexistência pacífica com os que dirigiam o sistema parlamentar ou a guerra civil, os movimentos nacionalistas, uma vez no poder, dispõem de certa maneira de uma tábula rasa sobre a qual construir e podem, se desejarem, suprimir o próprio sistema parlamentar"²¹. Em suma, só têm de contar com eles mesmos. Não têm herança política.*

1. A PALAVRA "PARTIDO"

O Conteúdo e a Expressão

A palavra "partido" é mais antiga no vocabulário político que o termo "classe" no vocabulário social, uma vez que remonta aos séculos XVI e XVII. Durante a Revolução de 1789, em 1848 e em 1869-1872, não corresponde ele à mesma realidade que hoje em dia. Vago e pejorativo em 1790 e 1793, dele se faz muitas vezes um paralelo com "facção". Para A. Blanqui, em 1848, tem ele algo de fluido e de abstrato. O termo não designa uma organização política tal como a conhecemos hoje com sua hierarquia, seu escritório diretor, seu comitê central e seus militantes ou membros permanentes; o "partido" representa, em toda a primeira parte do século XIX, e ainda em 1869, uma "tendência", uma "opinião", que cristaliza as idéias de uma classe ou de um grupo social, mais ou menos distinto dos outros. O "partido operário" não é um partido organizado, mas o que toma a defesa dos interesses dos "operários": há, assim, vários em 1848. J. Amigues, em 1869, define o "partido" como "um grupo de homens mais ou menos numerosos, uma associação mais ou menos vasta de pessoas reunidas por uma estreita comunidade de tradições, pontos de vista ou interesses, em uma tarefa comum". Tradição, interesses, fim comum — são as palavras que permitem explicar que os contemporâneos, como em 1789, fragmentam indefinidamente os "partidos políticos". O primeiro fenômeno a prender de fato a atenção é ainda, como para o vocábulo "classe", a proliferação dos qualificativos; também a classificação repousa em critérios variados.

1.º Regime político.

O mais simples dentre os critérios evoca as distinções de regime político. Em 1869-1872, era-se partidário de uma república ou de uma monarquia; fala-se, portanto, em "partido republicano" que compreenderá, para J. Vallès ou para H. Tolain, todos os que, face ao governo de Versalhes, exigem a instalação definitiva da República. Segundo A. Blanqui, havia em 1848 um "partido realista"; em 1871,

Os Partidos Políticos

para *L'alliance républicaine*, os "partidos monarquistas" são os que preconizam o restabelecimento de uma monarquia, seja ela dos Bourbons, Orleans ou Bonaparte. Pode-se também falar então em "partido dinástico", de que mais não se sabe, segundo A. Scholl, que ironiza em seu semanário *Le Lorgnon* as variações de seu conteúdo: se representa ele a antiga ou a nova monarquia. O "partido constitucional" se define por seu respeito à "constituição"; verdade é que a França de 1869 conheceu o Império autoritário, a de 1870, o Império liberal, e depois a República provisória: o "partido constitucional" seguiu a mesma evolução que o jornal que leva seu nome.

2.º Ideal político

O critério mais comum evoca o ideal político. Para uns, este se acha simbolizado pelo nome de uma dinastia. L. Gambetta o vê nos legitimistas dos "partidos bourbonianos". O "partido orleanista" é poderoso em 1871, apesar das contestações de L. Estancelin, demasiado interessado em negar sua existência. É verdade que a referência à dinastia desapareceu diante de um conteúdo político mais exato, tornando-se o "orleanismo" sinônimo de "parlamentarismo"; seu ideal político é o de uma república parlamentar. Para outros, o ideal político encontra sua expressão na doutrina de um homem: E. — E. Fribourg define os majoritários da Comuna sob a denominação de "partido blanquista". Alguns se referem a uma tradição revolucionária que tem sua origem em 1793: o *Journal officiel de Versailles* e o monarquista M. Delpit designam os partidários de Ch. Delescluze sob a denominação de "partido jacobino". Tal ideal pode ser também uma referência ao próprio exercício da soberania. Se for a do povo, evocar-se-á o "partido democrático", se pertencer à esquerda como J. Claretie, Ch. Lecomte de Lisle ou o publicista anônimo de *Mon programme*; se pertencer à direita como A. — A. Haenijens, A. Appert e M. Delpit, prefere-se falar em "partido demagógico". Se este ideal for enfim transferido para o plano parlamentar, mencionar-se-á, como L. Guyot-Montpayroux e J. Rouquette, o "partido *tory*" e o "partido *whig*".

3.º Ideal social

Pode-se, entretanto, em certos casos, dissociar o ideal político do social? Assim, o vocábulo "revolução" pôde designar tanto em 1869 a revolução política quanto em 1871 a revolução social. O "partido revolucionário" ou "o partido da Revolução" agrupa, no fim do Segundo Império, os que almejam a queda do regime; em 1871, para J. Vallès, A. — A. Haenijens, G. Lefrançais, E. de Pressensé que fez a história da Comuna em *La Revue des Deux Mondes*, G. de Molinari, "repórter" do *Journal des Débats*, o "partido revolucionário" é aquele que deseja a revolução social tanto quanto a política, aquele que almeja a diadema de uma minoria ativa: o conteúdo social se superpõe ao valor político. Para Ch. Delescluze, o "partido contra-revolucionário" é tanto o "partido monarquista" quanto o da "reação social". Para É. Zola, o "partido reacionário" denomina os que são hostis

aos republicanos, os "amigos da ordem" de 1851. Em contrapartida, o "partido avançado" não é apenas o da revolução social: para os homens de direita, é mais freqüentemente o partido dos "agitadores", e M. Delpit e J. - A. Mancel dele fazem sinônimo de "partido jacobino". Em 1869 e 1870, a expressão "partido avançado" designava os republicanos na língua dos partidários do Império.

O ideal social se mostra mais aparente na expressão "partido progressista": E. Masseras o associa assim a "socialismo" em uma brochura eleitoral de 1869, mas para o parlamentar L. Guyot-Montpayroux é uma formação política cujo chefe é E. Ollivier, contrapondo-o ao "partido constitucional" cujo chefe é E. Rouher. Em "partido conservador" domina o conteúdo político, pois este último agrupa em 1869 os que desejam manter o estado político atual, ou seja, o Império. Para E. de Maupas, o "partido conservador" se define em oposição aos que querem uma mudança política; para G. Flaubert, em *L'Education sentimentale*, ele reúne os que querem a manutenção da Monarquia de Julho. F. - J. Boulay de La Meurthe pede ao regime imperial "apoiar-se no partido conservador" que "nenhum interesse tem em não admitir a situação existente". Em 1870, produz-se uma evolução semântica como reflexo das transformações históricas; para A. Blanqui, o "partido conservador" designa a direita; para H. Dugué de La Fauconnerie, é o partido das "pessoas honestas", ciosas em conservar o estado social. Em 1871, ele une todos os partidos monarquistas e a burguesia republicana contra a revolução social: é este sentido que lhe dão A. - A. Haenjiens e N. Baragnon; é também este senso que lhe empresta, por um anacronismo involuntário, É. Zola ao falar da situação em 1851.

Quando se pretende afastar o ideal político para enfatizar as concepções sociais, os locutores preferem expressões que não deixam margem à ambigüidade: L. Veuillot fala do "partido da conservação" que contrapõe claramente ao "partido da destruição"; o *Journal officiel de la Commune* evoca o "partido do passado" que coloca a defesa de "seus privilégios" antes da França. Quanto a "partido radical", designa ele os únicos partidários da revolução política, como pretende G. Lefrançais, ou os de uma revolução social, como levaria a supor o programa de Belleville ou como afirma J. Rouquette? É difícil saber.

4.º Ideologia social

O critério de ideologia social manifesta-se claramente nas expressões "partido socialista" ou "partido socialista-comunista" que, em um relatório do administrador do Norte ou para o publicista J. Rouquette, denominam os membros da Internacional. É evidente, porém, que o aspecto político vem a isso superpor-se desde que se fala em "partido vermelho", uma vez que este reúne, segundo G. Sand, "os demagogos e os homens de clubes". O termo "partido religioso" toma um aspecto político na medida em que os homens de esquerda, como J. Vallès, vêem nos "clérigos" adversários da República.

5.º Atitude política

O critério pode ser o da atitude política diante dos acontecimentos; o "partido" é então caracterizado por um elemento que, somente nele, simboliza um ideal. O "partido irreconciliável" é composto pelos que se recusam a admitir a legitimidade do regime imperial e se declararam seus adversários permanentes. O "partido terrorista" é, para os homens de direita, aquele que preconiza, como os revolucionários de 93, a instalação do Terror; o *Journal officiel de la Commune* atribui a Versalhes essa denominação de "partido neoterrorista". É o mesmo que J. Rouquette designa com o nome de "partido extremo", o que preconiza medidas excepcionais para fazer frente ao ataque de maio de 1871; era também a esquerda republicana de 1870. O "partido liberal" é o que, em 1869, solicita ao Império o restabelecimento das "liberdades necessárias"; assumirá o termo um conteúdo político mais amplo, em oposição a "partido autoritário", e depois um conteúdo social, em oposição a "partido conservador". O partido "comunista", ou o "partido dos homens da comuna", é o que, em 1870, pretende a autonomia das comunas e que, em 1871, é representado pela Comuna de Paris.

6.º Qualificativos morais

Podem os determinantes haver sido emprestados deste vocabulário moral, tornado político, no decorrer da primeira metade do século XIX. O "partido da ordem" vê no respeito ao estado atual o fundamento de toda política: tenta ele obstaculizar as empresas do "partido da desordem". Este é representado pela extrema-esquerda, segundo o general Vinoy e A. Ducrot, ou pela Internacional, de acordo com o presidente da corte de Amiens; mais raramente, é sinônimo de partido monárquico, como para J. B. Millière. O "partido autoritário" é alternativamente daqueles que sentem falta do Império em sua forma inicial e dos que preconizam que medidas revolucionárias sejam tomadas pela minoria atuante; enfim, é o partido daqueles que, na Internacional, exigem a "diadura do proletariado", o "partido da diadura". Quanto às expressões pejorativas oriundas desse mesmo vocabulário moral, são elas numerosas: "partido dos assassinos", "partido do roubo", "partido dos carrascos", "partido da insurreição" etc. A maior parte delas designa a Comuna nos jornais de Versalhes.

7.º Classificação social

Acontece também que os qualificativos de classificação social se acrescentam aos que acabamos de ver. J. Vallès, em *Le Cri du Peuple*, fala em "partido burguês", dele fazendo um sinônimo de "partido reacionário": há, para ele, a identificação da atitude política e da situação social; a classe é caracterizada por seu comportamento político. Também para G. Sand, o "partido popular" é aquele que se prevalece da República; há ainda confusão entre o critério político e o social.

8.º *As diferenças diacrônicas*

Ainda essa análise sincrônica não leva em conta toda a complexidade do campo léxico de "partido". Tais qualificativos são muito diferentes no plano político. Uns datam da Revolução de que retomam a terminologia: "partido jacobino", "partido terrorista", "partido revolucionário", "partido republicano". Alguns são oriundos das lutas parlamentares da Restauração como "partido constitucional". Há os que datam da Monarquia de Julho: "partido orleanista", "partido legitimista" e outros, enfim, da II República: "partido vermelho", "partido da ordem". Outros nasceram com os acontecimentos de 1871: "partido comunalista".

9.º *A dupla qualificação*

Seria preciso acrescentar finalmente que esses qualificativos podem combinar-se para dar "matizes" particulares. Existem um "partido conservador liberal", um "partido liberal dinástico" etc. A dupla qualificação é feita por oposição: em 1871, por exemplo, distinguir-se-ão os "republicanos moderados" ao redor de A. Thiers e os "republicanos avançados" em torno de L. Gambetta; em 1870, podem-se comprovar duas tendências no partido liberal — uma que, à volta de É. Ollivier ou Prévost-Paradol, se reagrupou ao regime, e outra em torno de Jules Favre que permanece na oposição.

"Há tantos partidos em França, escrevia J. Simon em 1868, e tantas divisões nos partidos, que não sobra uma única palavra da língua política que seja perfeitamente clara". O jornal *Le Vengeur* tece comentários irônicos em 1871 acerca do número dos grupos da Assembléia nacional (quinta-feira, 23 de fevereiro de 1871, pág. 1, col. 4): "Segundo estatística realizada por um calculador especialista, não haveria menos de sete grupos distintos no seio da Assembléia nacional. Eis os matizes constitutivos deste arco-íris monárquico: orleanistas radicais, orleanistas moderados, legitimistas radicais, legitimistas moderados, centro-esquerda, republicanos radicais e republicanos moderados".

Tal proliferação de qualificativos e de determinantes, que surpreende o observador desde cedo, encontra, pois, sua origem na multiplicação dos partidos e na necessidade de precisar o matiz de cada um. O conteúdo do vocábulo explica a instabilidade e o número dessas expressões; por não se tratar de organização permanente, mas de simples associações formadas em torno de uma idéia ou de um homem, quando não em função de um comportamento passageiro, os partidos se faziam e se desfaziam rapidamente.

B

Os substitutos e as variantes da palavra "partido"

Essa fragmentação é confirmada pelos termos que estão associados à palavra "partido" ou que por ele são substituídos no vocabulário político.

1.º *Matiz*

O vocábulo "matiz" é uma subdivisão do partido a que se acha frequentemente ligado. A. Blanqui pede, em *La Patrie en danger*, que não haja "mais partidos nem matizes" perante o inimigo. L. Veullot pode ironizar ao evocar "todos os matizes do vermelho" que "possuem cada um seu jornal". "O *Journal officiel de la Commune*, em 11 de abril de 1871, fala dos "reacionários de todos os matizes". G. Lefrançais, no dia seguinte à jornada de 31 de outubro, acusa os "monarquistas de todos os matizes". J. Vallès, na véspera da Comuna, reivindica, em contrapartida, a união dos "republicanos de todos os matizes". A. Esquiros considera todo periódico como o representante de "certo matiz de opinião". O vocábulo acaba por exasperar L. Veullot, que no "vermelho" salienta "submatizes que não parecem estar em harmonia".

2.º *Cor*

A "cor política" surge com a Restauração. E. Duclerc a registra em seu dicionário em 1842. O vocábulo é muito freqüente entre 1869-1872, período em que penetrou largamente no vocabulário literário. Os qualificativos são variados, e pertencem, como os de "partido", aos critérios de ideologia política: assim, "cor democrática" de que faz uso G. Flaubert em *L'Education sentimentale*. Também P. Brandt falará dos "homens da comuna de todas as cores", *la Patrie en deuil* dos "candidatos de todas as cores". Esta "cor" pode ser "mais ou menos pronunciada", segundo palavras de Ségur d'Aguessseau. A aproximação com o termo "matiz" se impõe, sendo os dois emprestados da linguagem da pintura; o jargão político não designa muitas vezes as opiniões por uma cor: os azuis, os vermelhos, os brancos?

3.º *Contorno*

A palavra "contorno" está registrada no sentido político no P. Larousse; já é antiga na língua em 1869, pois bem parece que se possa datá-la da Restauração; está ligada ao conjunto do léxico parlamentar. G. Flaubert dela se serve como substituto de "cores" ao descrever, no salão dos Dambreuse, o encontro "dos reacionários de contornos diferentes".

C

"Partido" e organização

Já em 1869-1871, porém, percebe-se a modificação de conteúdo; no corpo legislativo, e sobretudo na Assembléia nacional, assiste-se à formação de grupos parlamentares: os da esquerda aberta e da esquerda fechada, e em seguida os dos

orleanistas, dos "arcadianos", dos "merovingeos". Estes têm reuniões. O "grande partido da ordem" tivera, em 1851, um início de organização. A seu turno, tem a Internacional suas "sessões" e seu "congresso".

As expressões "homem de partido" e "chefe de partido" evoluem no mesmo sentido; o primeiro era a princípio simplesmente aquele que tem uma opinião política firme, o que "toma partido". A. Ducrot recusa para si mesmo esta qualificação; ele não se "inspira" em suas opiniões para dirigir os assuntos da França. E. de Goncourt se queixa da "parcialidade" que encontra nos "homens de partido", condenando a atitude de um jornalista "adepto da Comuna"; É. Ollivier fala também da "paixão de partido" que anima os deputados. O "chefe de partido" não é mais somente aquele que simboliza um "ideal", mas se torna um organizador. É neste sentido que o toma É. Zola. Progressivamente, o "partido" tende a tornar-se uma organização permanente, e assiste-se paralelamente ao desenvolvimento das expressões "trégua de partidos" ou "luta de partidos" que supõem "faccções" rivais. Finalmente, H. Tolain exprime a idéia de organização hierarquizada ao empregar a unidade fraseológica "deixar-se arremessar no partido republicano".

Outra consequência da formação do "partido" no sentido moderno é a diminuição progressiva dos qualificativos; assistimos entre 1869 e 1872 apenas a uma primeira etapa dessa evolução: certos determinantes assumem lugar preponderante - "partido republicano", "partido da ordem", "partido socialista". É a sua volta que se formam as primeiras organizações.

Portanto se poderá reivindicar a "fusão dos partidos" como o presidente Troplong ou Arnoux em *L'Education sentimentale*. O sonho dessa "fusão" é paralelo ao dos mutualistas que esperam a "fusão das classes". Em 1842, Ch. Bailleul conhecia essa expressão e julgava a tarefa vã ou perigosa. De fato, a palavra "fusão" foi empregada sobretudo para designar a aproximação entre o "partido orleanista" e o "partido legitimista"; já fora utilizada quando de uma primeira tentativa em 1850, e em 1871 torna-se um dos vocábulos mais freqüentemente empregados na língua parlamentar ou jornalística pelos panfletários A. C. Blouet, P. Vedrenne ou H. de Saint-Léon. É o termo rejeitado por L. Veullot e parece suspeito aos legitimistas radicais: tem uma especial significação no momento em que a organização do "partido" se prolonga além dos "comitês" eleitorais.

Conclusões gerais

Do estudo dos dois domínios léxicos, o da palavra "classe" e o do vocábulo "partido", pode-se deduzir que a estrutura lingüística se caracteriza aqui pela formação e desenvolvimento de sistemas binários ou ternários, que evoluem

juntamente, mas não sem interferências. Estes são particularmente nítidos quando se trata da palavra classe: "classe burguesa/classe popular/classe nobre, classes baixas/classes médias/classes altas, classe dos capitalistas/classe dos trabalhadores, classe exploradora/classe explorada" etc. Mas existem também quando se trata do vocábulo "partido": "partido autoritário/partido liberal", "partido revolucionário/partido reacionário", "partido progressista/partido conservador", "partido republicano/partido monárquico" etc. Esses pares antônimos permitem compreender formações como "terceiro partido" ou "*juste milieu*", tentativas para romper o sistema binário. As lutas políticas e as sociais têm, assim, sua tradução lingüística num conjunto complexo de oposições; cada termo extrai seu valor das relações que mantém com os outros: "classe média" não possui significação uma vez isolada do sistema; "partido revolucionário" só se compreende em relação a uma situação histórica e ao conteúdo de "reacionário".

No plano estrutural, comprova-se ainda estreita correlação entre os dois domínios; assim, a classificação social pode evocar critérios políticos, uma vez que se falou em "classe revolucionária"; a classificação política utiliza qualificativos sociais uma vez que se encontra "partido burguês". Certas palavras são comuns aos dois domínios: "fusão das classes" e "fusão dos partidos". A organização do partido acompanha a tomada de consciência, por uma classe social, de sua própria força. Há entre os dois domínios uma espécie de simbiose que só se explica pelo fato de serem os dois reflexos de uma mesma realidade. Esta aparece alternativa ou simultaneamente em seu aspecto social e no político; vimos que a ambigüidade das unidades léxicas vinha muitas vezes da polissemia de alguns vocábulos; são eles tomados em seu sentido político ou no social? O que significam "partido revolucionário" ou "classe privilegiada"? O "partido burguês" corresponde à "classe reacionária", o "partido popular" à "classe revolucionária".

"Será preciso determinar, dizia Meillet (citado por J. Perrot, *La Linguistique*, pág. 126), a que estrutura social corresponde uma estrutura lingüística dada e como, de modo geral, as mudanças de estrutura social se traduzem por mudanças de estrutura lingüística". Claro, o estudo de um domínio léxico como o de "classe" ou de "partido" não pode trazer uma solução definitiva a esse problema básico, mas nos permitiu visualizar as relações entre o estado de uma sociedade em dado momento de sua história e o vocabulário social e político que dele é a tradução. A mentalidade da época se reflete no léxico (V. St. ULLMANN, *Précis de sémantique française*, pág. 304); as diferenças e os antagonismos entre os grupos sociais se traduzem no domínio formado pela palavra "classe", e as lutas políticas se exprimem no domínio do vocábulo "partido"; a identidade profunda dos fenômenos políticos, sociais e econômicos se manifesta nas interações que se desenvolvem entre os dois conjuntos.

DUBOIS (Jean), *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, Paris, Larousse, 1962, 460 págs. (tese para o doutorado em letras): págs. 31-36.

2. ESTUDO DE CASO: "WHIGS" E "TORIES" – PARTIDOS?

Os termos *Whig* e *Tory*, aplicados a pessoas ou a tendências, referem-se a tipos bem fixados e nitidamente marcados do ponto de vista dos temperamentos e das idéias. Mas quando começam a exprimir uma divisão partidária? Segundo determinados especialistas modernos, mesmo antes de 1714, pode-se discernir no máximo certo número de correntes ou coalizões vagamente *Tory* ou *Whig*, ou de coloração incerta: pois não existe nada que se pareça com uma unidade de voto. Por volta de meados do século XVIII, as denominações *Whig* e *Tory* se depreciaram; estão – diz-se então – obsoletas e desnudadas de sentido. O que não impede empregá-las: o universo em negro e branco da política precisa de qualificativos, sejam eles obscuros e enganadores... No Parlamento, mesmo no reinado dos dois primeiros George, os *Whigs*, rompendo o barimento, fornecem à oposição seus chefes mais marcantes e o grosso de suas forças nos escrutínios. Em grande número de circunscções, porém, as denominações *Whig* e *Tory* exprimem ainda divisões reais: em parte, porque as facções políticas locais dificilmente podem ser identificadas com o "governo" e a "oposição", e sem dúvida também porque o critério distintivo mais antigo entre *Tories* e *Whigs* – a oposição entre Igreja estabelecida e não-conformismo – conserva, nas lutas locais, uma força e uma significação que perdeu em Westminster.

Um grupo dirigente busca sempre banir seus opositores: a consequência natural do reinado dos Walpoles e dos Pelhams será trazer todos os que querem fazer da política, para o poder a adotar, a legenda *Whig*: assim, Finchs, Seymours, Leggs, Devenson-Gowers, Windhams e Fox. De fato, por volta de 1750, todos na corte, no governo, nos meios próximos ao poder se dizem *Whig*, enquanto que a legenda *Tory*, por um processo de seleção natural, é abandonada aos homens políticos restantes que não ambicionam postos, honras, prebendas – os proprietários de terras, no campo, e os precursores do radicalismo, na cidade (...)

(...) Assim, prossegue a vida política parlamentar, no século XVIII, sempre mais aberta aos proprietários de terras, mas sem qualquer vestígio de bipartidarismo, aliás nem de partidos no sentido moderno do termo; os que, em 1760, eram qualificados de *Tories* são simplesmente designados, uma geração depois, como proprietários de terras independentes; o nome *Tory* caiu praticamente em desuso. A história de tais denominações de partido e de seu emprego supõe pesquisas profundas para evitar qualquer confusão entre os vocábulos e as coisas, ou, mais precisamente, a confusão entre coisas diversas que se escondem sob as mesmas palavras; será necessário traçar novamente a história das realidades partidárias tais como se formaram na interação das circunscções eleitorais e da Câmara dos Comuns. Os historiadores do Parlamento do século XIX parecem hoje concordar em determinar o nascimento real dos partidos modernos após a segunda lei de reforma eleitoral (1867): o que precede é de ordem transitória e não deve ser tratado em termos de uma época posterior, sob pena de anacronismo.

NAMIER (Sir Lewis), *Crossroads of Power. Essays on Eighteenth-Century England*, © Lady Namier 1962 (Hamish Hamilton, Londres), págs. 229-231 (trad.: Jean e Monica CHARLOT).

3. DEFINIÇÃO DO PARTIDO POLÍTICO

Deve ser claramente entendido que, ao se falar em partidos, se excluem "ligas", clubes e comitês de notáveis, que constituem, de certo modo, os ancestrais dos partidos políticos modernos na maioria dos países do Ocidente. Na Inglaterra, por exemplo, podem-se encontrar as primeiras formas partidárias a partir do início do século XVII; na França, o desenvolvimento de pequenos grupos políticos, embrides de partidos, embora mais tardio, é, no entanto, nitidamente anterior à Revolução de 1789. Claro, "ligas", clubes e comitês de notáveis buscavam o poder ou seu controle, apresentando assim um dos traços característicos dos partidos políticos. Não obstante, pelo termo "partido político" não entendemos uma vaga reunião de notáveis a manterem relações intermitentes e limitadas com personalidades locais. É mister uma definição mais rígida, que postula:

1. uma organização durável, ou seja, uma organização cuja esperança de vida política seja superior à de seus dirigentes no poder;
2. uma organização local bem estabelecida e aparentemente durável, mantendo relações regulares e variadas com o escalão nacional;
3. a vontade deliberada dos dirigentes nacionais e locais da organização de chegar ao poder e exercê-lo, sozinho ou com outros, e não simplesmente influenciar o poder;
4. a preocupação, enfim, de procurar suporte popular através das eleições ou de qualquer outra maneira.

Colocada esta definição, é evidente que os partidos políticos não se manifestaram de modo algum antes do século passado. Na Inglaterra, o partido moderno vem à luz no dia seguinte ao da reforma eleitoral de 1832, com a organização local, por iniciativa dos liberais, de associações de inscrição dos eleitores nas listas eleitorais. Na França e em outros países do continente europeu, a transformação das "ligas" parlamentares e dos clubes políticos em organizações de massas achase vinculada à revolução de 1848. Nos Estados Unidos, embora grandes partidos modernos bem estruturados tenham surgido entre 1790-1799 com os federalistas de Hamilton e Adams e os republicanos de Jefferson e Madison, é preciso esperar a época de Andrew Jackson, em 1830, para que a organização dos partidos se

desenvolva até a criação de sólidas bases locais apoiadas em vastas camadas populares. No Japão, o primeiro país asiático a aclimatar as principais instituições políticas do Ocidente, os partidos – no sentido em que os entendemos – não aparecem antes da nova era Meiji de 1867, e mesmo da Primeira Guerra Mundial.

Os pequenos grupos oligárquicos que ostentam o nome partido em determinados países latino-americanos, africanos ou asiáticos estão mais próximos das facções de notáveis da República romana, ou, em certos casos, dos clubes revolucionários da França no final do século XVIII que dos partidos políticos das democracias modernas ou dos Estados totalitários, cujo objetivo é obter ou conservar o apoio das massas populares. O desaparecimento desses pretensos partidos em certos Estados novos do Sudeste asiático e da África pode significar simplesmente que as condições necessárias à eclosão e à sobrevivência dos partidos não eram aí preenchidas ou que os grupos assim condenados não eram partidos no sentido próprio do termo. Pp. 123, 131 (S. Weil), 147 (Luxemburg)

LAPALOMBARA (Joseph), WEINER (Myron), "The Origin and Development of Political Parties", in LAPALOMBARA, WEINER, *Political Parties and Political Development*, Princeton (N.J.) Princeton University Press, 1966, págs. 5-7 (trad.: Jean e Monica CHARLOT).

CAPÍTULO IV

UM FENÔMENO CONTESTADO

Tiveram os partidos políticos de impor-se de fato antes de serem reconhecidos de direito e, mais genericamente, antes de serem aceitos. Ainda hoje o tema da substituição dos partidos – pelas “forças vivas”, os “clubes”, a “democracia direta” etc. – é relativamente freqüente e popular¹⁰⁵.

A contestação dos partidos procede de dois pontos de vista e se nutre de duas grandes correntes ideológicas. Primeiro ponto de vista: o do cidadão individual que os partidos – por seu enquadramento – privariam de seus direitos e deveres de cidadão. É a crítica liberal dos partidos, na linha reta da doutrina de Jean-Jacques Rousseau sobre a democracia e o bem comum, ou ainda a crítica socialista de partidos burocráticos que esqueceriam seus militantes e seu ideal para salvar sua organização. Segundo ponto de vista: o do coi junto nacional, do todo político que os partidos – divisores por natureza, agressivos por vocação – comprometeriam. É a crítica nacionalista dos partidos, aliada muitas vezes a uma das formas do que Marcel Merle denominou ideologia do apolitismo.

A contestação dos partidos como sistema de enquadramento.

Essa corrente antipartidos reflete inegavelmente as inquietações de uma elite social privilegiada – privilegiada em saber, prestígio, dinheiro – face à ampliação do mundo político às classes menos competentes, menos brilhantes, menos afortunadas, e à mutação do sistema político que essa abertura provoca. Pode-se aproximar essa atitude daquela que suscita hoje a abertura da universidade a um maior número de estudantes e a camadas sociais novas, com todos os transtornos estruturais e psicológicos que isso acarreta. Mas as reações elitistas contra os partidos procedem igualmente do esquema ideal de um cidadão pessoalmente responsável, livre dos incômodos sociológicos e, sobretudo, das dificuldades organizacionais. É a razão por que se vê reatar-se a essa corrente crítica, socialistas inquietos não com o futuro da democracia liberal, mas com o do socialismo, ameaçado, ele também, pela Organização, a máquina burocrática que de meio tende a transformar-se em fim.

O CIDADÃO CONTRA OS PARTIDOS

As melhores testemunhas e analistas do nascimento dos partidos modernos foram, quase sempre, extremamente críticas em relação ao fenômeno. Moïsei Ostrogorski, por exemplo, que

retrata muito fielmente a gênese dos partidos nos Estados Unidos, com Jackson, e na Inglaterra, com Caucus de Birmingham, procura-se com os poderes exorbitantes da Organização que então se forma e busca os meios de salvaguardar o direito dos cidadãos contra os Partidos. Inventa ele uma solução que parece, hoje, bastante ilusória, mas que representa, em 1903, a opinião do melhor especialista da época sobre os partidos políticos: basta, diz ele, proibir todo partido permanente, toda associação permanente e substituí-los por órgãos, agrupamentos ad hoc que, uma vez atingido o objetivo específico para o qual se formaram, logo se dissolvem. "O partido empreendedor geral dos inúmeros e variados problemas a resolver, presentes e futuros, escreve Ostrogorski, seria substituído por organizações especiais, limitadas a seus objetivos particulares. Derraria ele de ser um amalgama de grupos e de indivíduos reunidos em um acordo fictício, e constituiria uma associação cuja homogeneidade seria assegurada por seu fim único. O partido que mantivesse seus membros como em um torno, uma vez aí entrados, seria substituído por agrupamentos que se formariam e se reformariam livremente segundo os problemas multíversos da vida e os jogos de opinião que estes trariam. Cidadãos que se separassem acerca de uma questão estariam juntos em relação a uma outra. (...) " Não se pode prestar uma veneração permanente ao que é transitório¹⁰⁶. Em suma, trata-se de recusar a institucionalização das correntes de opinião, de manter os agregados de cidadãos no estado fluido impedindo-os de se solidificarem. A mesma atitude crítica se encontra em um dos primeiros especialistas americanos do estudo dos partidos James Bryce, que escreve em 1911 que a organização "traí a vontade do povo"¹⁰⁷.

Quarenta anos mais tarde, em uma pesquisa generosa e idealista de soluções inovadoras, para que a França libertada não se assemelhe à da Terceira República, Simone Weil propõe seriamente a supressão dos partidos políticos. Quais são, segundo ela, os caracteres básicos dos partidos? "Pode-se, diz ela, enumerar três:

- Um partido político é uma máquina de fabricar paixão coletiva.
- Um partido político é uma organização construída de modo a exercer pressão coletiva sobre o pensamento de cada um dos seres humanos que dele são membros.
- O fim primeiro, e, em última análise, o fim único de todo partido político é seu próprio crescimento, e isso sem nenhum limite."¹⁰⁸

Desde então, a supressão dos partidos é de fato, como escreve Simone Weil em sua linguagem moralizante: "bem quase puro". A experiência vivida do nazismo, é verdade, não compete à indulgência para com os partidos. Simone Weil, em todo caso, sonha com um sistema político em que "os candidatos diriam aos eleitores não 'Tenho tal legenda'... mas 'penso isso e aquilo em relação a este ou aquele problema'. Os eleitos se associariam e se dissociariam segundo o jogo natural e mutante das afinidades"¹⁰⁹. Ela cultiva a preocupação pela liberdade individual até o ponto de querer impedir a formação de sociedades de amigos deste ou daquele órgão de imprensa: "Fora do Parlamento, escreve ela, como existiriam revistas de idéias, haveria naturalmente em torno delas centros. Mas esses centros deveriam ser mantidos em estado de fluidez. É a fluidez que distingue do partido um centro e o impede de ter uma influência má"¹¹. Encontra-se o medo da solidificação dos grupos expressa por Moïseï Ostrogorski e Jean-Jacques Rousseau ao qual esses

dois autores se referem: pois o espírito de grupo, de partido, deforma a livre busca pessoal da verdade e a descoberta comunitária do interesse geral. "A mortal aversão, já confessava Rousseau, a tudo o que se chamava partido, facção, liga, me mantivera livre, independente, sem outra cadeia a não ser os laços de meu coração"¹¹¹.

René Capitant se situa nessa tradição ideológica ao recusar-se, em novembro de 1967, a ir a Lille, nas reuniões do Gaullismo, para criar aí um partido gaullista mais aberto, mais amplo, mais durável que a U.N.R. - U.D.T. A vocação do gaullismo, explica ele em essência, não é criar um partido - seja ele gaullista - que confisque a soberania que de Gaulle restituiu ao povo pela instituição do referendum e pela eleição do presidente da República em sufrágio universal. Como Simone Weil, René Capitant via com prazer um sistema político em que os partidos em vias de desaparecimento cedessem o lugar a grandes coalizões populares essencialmente fluidas, constituídas em torno do presidente e refundidas, por ocasião dos referendos, sempre que um problema grave se colocasse ao país e a seu chefe.

É preciso crer que esse estado de espírito - reforçado pelo aparecimento de partidos totalitários, mas anterior a esse aparecimento - encontra certa adesão na opinião pública, a julgar-se pelo valor conferido, sobretudo na direita, ao rótulo de "independente" e pela força da corrente ideológica descrita por Marcel Merle sob a denominação de apolitismo lático: "Não é sem dúvida um acaso, observa muito corretamente Marcel Merle, se o próprio vocábulo partido se acha praticamente proscrito, desde que se passe à direita do radicalismo, em proveito de uma terminologia muito mais neutra e, pelo menos aparentemente, mais conciliadora: Movimento, Centro, União, Reunião..."¹¹². De fato, a defesa do cidadão contra os partidos é praticamente o apanágio da direita e primeiramente da elite política conservadora, como testemunha a longa batalha dos partidos por seu reconhecimento jurídico.

O DIREITO CONTRA OS PARTIDOS

Contestados, os partidos políticos - a despeito de todos os seus poderes - são há muito ignorados pelo direito positivo. Como mostra Monica Charlot¹¹³ a lei eleitoral inglesa, por exemplo, até 1969, conhecia apenas os indivíduos, não os partidos. As cédulas de voto continham simplesmente, em ordem alfabética, os nomes, endereços e profissões de todos os candidatos à sede da circunscrição, sem qualquer menção de filiação política: cabia a cada partido fazer reconhecer os seus... Em França, é preciso esperar 1958 e a V República, bem paradoxalmente, para que a existência dos partidos receba a consagração constitucional. Mas os partidos nem sempre têm estatuto geral do ponto de vista do direito: eles caem no direito comum das associações (lei de 1.º de julho de 1901). A força das coisas, porém, obrigou o direito a uma espécie de reconhecimento indireto dos partidos: os grupos parlamentares foram oficialmente consagrados à Câmara dos Deputados, em 1910, quando receberam o poder de nomear os membros das grandes comissões permanentes da Assembléia, sob reserva, se se der o caso, da sanção definitiva da Câmara em sessão pública. A Comissão do regulamento propunha então que "as listas compostas pelos cuidados dos escritórios dos diversos partidos seriam consideradas eleitas, salvo oposição escrita levantada no mínimo por cinquenta deputados, caso em que teria lugar por escrutínio".

Mas "introduzir em nossas deliberações essas palavras: 'os escritórios dos partidos', protestava o abade Lemire, (...) é ir (...) ao próprio encontro dos direitos do sufrágio universal, é comprometer o funcionamento de nossas instituições parlamentares e atacar as prerrogativas de cada um de nós". A Câmara adotou finalmente o projeto da Comissão substituindo pela palavra "grupo" – menos marcada, menos ampla e menos constrangedora para os eleitos parlamentares – a palavra "partido"¹¹⁴.

O movimento assim iniciado se acentua, desde então, bem rapidamente: a partir de 1911, a "conferência dos presidentes" dá aos presidentes de grupos o poder efetivo de fixar a agenda parlamentar; em 1926, a organização dos debates permite que os grupos controlem o tempo de fala dos deputados; em 1932, os grupos são dotados de um estatuto jurídico desde que entreguem na secretaria-geral da Câmara uma declaração política assinada por todos os seus membros. Em 1946, finalmente, a Constituição – que ainda ignora os partidos – consagra três artigos aos grupos parlamentares.

Paralelamente, os partidos são reconhecidos por meio da regulamentação das campanhas eleitorais. O vocábulo "partido" só aparece oficialmente em 1944¹¹⁵. De fato, desde 1919, a instauração do escrutínio de lista levou ao reconhecimento dos partidos e de seu papel básico. Na regulamentação dos meios de propaganda clássicos, em contrapartida, fala-se apenas em candidatos ou listas de candidatos; mas com a irrupção do rádio-televisão nas campanhas eleitorais, o legislador deverá resignar-se igualmente a falar dos "representantes das grandes correntes de opinião", dos partidos¹¹⁶. Essa lenta evolução do direito dos partidos é reveladora da persistência do ideal individualista e liberal do século XVIII, da repugnância das elites políticas e intelectuais dominantes em aceitarem a realidade dos grupos e o princípio da ação coletiva. (p. 147)

29. A SUPRESSÃO DOS PARTIDOS

Se um homem dissesse, ao solicitar sua ficha de membro: “Estou de acordo com o partido em relação a este, esse e aquele ponto; não estudei suas outras posições e reservo inteiramente minha opinião enquanto não tiver estudado”, a ele se pediria sem dúvida que voltasse mais tarde.

De fato, porém, salvo raríssimas exceções, um homem que entra para um partido adota docilmente a atitude de espírito que exprimirá mais tarde pelas palavras: "Como monarquista, como socialista, penso que...". É muito confortável! Pois é bom não pensar. Não há nada mais confortável que não pensar.

Quanto ao terceiro característico dos partidos, o de que são máquinas de fabricar paixão coletiva, é tão visível que não tem de ser demonstrado. A paixão coletiva é a única energia de que dispõem os partidos para a propaganda externa e para a pressão exercida na alma de cada membro.

Admite-se que o espírito de partido cego fica surdo à justiça, incita até pessoas honestas à animosidade mais cruel para com os inocentes. Confessa-se, mas não se pensa em suprimir os organismos que fabricam esse espírito.

Proíbe-se, no entanto, os narcóticos.

Há, mesmo assim, pessoas dadas aos narcóticos. Mas haveria mais se o Estado organizasse a venda de ópio e de cocaína em todas as tabacarias, com cartazes publicitários para estimular os consumidores.

A conclusão é que a instituição dos partidos parece constituir um mal quase puro. São maus em seu princípio, e praticamente seus efeitos são ruins.

A supressão dos partidos seria um bem quase puro. Ela é eminentemente legítima em princípio e parece somente suscetível praticamente de bons efeitos.

Os candidatos não diriam aos eleitores: "Tenho essa legenda" – o que praticamente não informa, a rigor, nada ao público acerca de sua atitude concreta em relação aos problemas concretos – mas: "Penso isto, isso e aquilo em relação a este, esse ou aquele grande problema".

Os eleitos se associariam e se dissociariam segundo o jogo natural e mutável das afinidades. Posso muito bem concordar com o Sr. A... acerca da colonização e discordar dele quanto à propriedade camponesa; e inversamente em relação ao Sr. B... Se se fala de colonização, irei conversar um pouco, antes da sessão, com o Sr. A...; se se fala de propriedade camponesa, com o Sr. B...

A cristalização artificial em partidos coincidiu tão pouco com as afinidades reais que um deputado podia discordar, em relação a todas as atitudes concretas, de um colega de seu partido, e concordar com um homem de outro partido.

Quantas vezes na Alemanha, em 1932, um comunista e um nazista, discutindo na rua, se surpreenderam ao comprovarem que concordavam quanto a todos os pontos!

Fora do Parlamento, como existiriam revistas de idéias, haveria naturalmente em torno delas centros. Mas tais centros deveriam ser mantidos em estado de fluidez. É a fluidez que distingue do partido um centro de afinidade e o impede de ter uma influência má. Quando se frequenta amigavelmente aquele que dirige essa revista, os que nela escrevem muitas vezes, quando você mesmo aí escreve, sabe-se que se está em contato com o centro dessa revista. Mas não se sabe se dela se faz parte; não há distinção nítida entre o dentro e o fora. Mais adiante, há os que lêem a revista e conhecem um ou dois dos que aí escrevem. Mais adiante, os leitores regulares que daí tiram uma inspiração. Mais adiante, os leitores ocasionais. Mas ninguém sonharia em pensar ou dizer: "Enquanto ligado a essa revista, penso que..."

Quando colaboradores de uma revista se apresentam nas eleições, deveria ser-lhes proibido mencionar a revista. Deveria proibir-se a revista de lhes dar apoio, ou de ajudar direta ou indiretamente sua candidatura, ou mesmo de mencioná-la.

Qualquer grupo de "amigos" dessa revista deveria ser proibido.

Se uma revista impedisse seus colaboradores, sob pena de ruptura, de colaborar em outras publicações quaisquer que sejam, ela deveria ser suprimida logo que o fato fosse provado.

Isso implica um regime da imprensa tornando impossíveis as publicações com as quais é desonroso colaborar.

Todas as vezes que um centro tentasse cristalizar-se dando um caráter definido à qualidade de membro, haveria repressão penal quando o fato fosse provado.

Claro, haveria partidos clandestinos, mas seus membros teriam má consciência. Não poderiam mais fazer profissão pública de servilismo de espírito, não poderiam fazer nenhuma propaganda em nome do partido. O partido não poderia mais conservá-los em uma rede sem saída de interesses, sentimentos e obrigações.

Todas as vezes que uma lei é imparcial, equitativa, e fundada em um ponto de vista do bem público facilmente assimilável pelo povo, ela enfraquece tudo o que proíbe. Ela enfraquece pelo único fato de que existe, e independentemente das medidas repressivas que procuram assegurar sua aplicação.

Essa majestade intrínseca da lei é um fator da vida pública que está esquecido há muito e do qual é preciso fazer uso.

Parece não haver na existência de partidos clandestinos nenhum inconveniente que não se encontre em um grau bem mais elevado por causa dos partidos legais.

De maneira geral, um exame atento não parece deixar ver, a respeito de nada, nenhum inconveniente de qualquer espécie ligado à supressão dos partidos.

Por um singular paradoxo, as medidas desse tipo, que não têm inconvenientes, são de fato as que têm menos possibilidade de serem decididas. Diz-se: se fosse tão simples, por que isso não teria sido feito há muito?

No entanto, geralmente as grandes coisas são fáceis e simples.

WEIL (Simone), "Note sur la suppression générale des partis politiques", *La Table Ronde* 26, fevereiro de 1950, págs. 24-26.

30. A OLIGARQUIA

O partido, enquanto formação externa, mecanismo, máquina, não se identifica necessariamente com o conjunto dos membros inscritos, e menos ainda com a classe. Tornando-se um fim em si mesmo, atribuindo-se finalidades e interesses próprios, ele se separa pouco a pouco da classe que representa.

Em um partido, os interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidir com os da burocracia que o personifica.

O interesse, sempre conservador, do corpo dos empregados pode exigir em dadas situações políticas uma diretriz defensiva, até regressiva, enquanto que os interesses da classe trabalhadora exigiriam uma política audaciosa e agressiva. Em outros casos, bastante raros é verdade, é o inverso que pode ocorrer.

Ora, é uma lei social inevitável que todo órgão da coletividade, nascido da divisão do trabalho, cria, para si, logo que é consolidado, um interesse especial, um interesse que existe em si e para si. Mas interesses especiais não podem existir no seio do organismo coletivo sem se acharem logo em oposição com o interesse geral. Mais que isso: camadas sociais desempenhando funções diferentes tendem a isolar-se, a conferir-se órgãos aptos a defenderem seus interesses particulares e a se transformarem finalmente em classes distintas.

Os fenômenos sociológicos, que aqui esboçamos, e nos capítulos anteriores os traços gerais, oferecem, assim, aos ataques dos adversários da democracia inúmeros pontos vulneráveis.

Parecem demonstrar que a sociedade não pode subsistir sem uma classe "dominante", que esta é a condição necessária daquela e que a classe dirigente, em sendo sujeita em sua composição a uma frequência renovação parcial, não constitui menos o único fator cuja ação se manifesta suficientemente durável na história do desenvolvimento humano.

De acordo com tal concepção, o governo ou, se se preferir, o Estado não saberia ser outra coisa que não a organização de uma minoria. E essa minoria impõe ao resto da sociedade a “ordem jurídica”, a qual surge como justificação, legalização da exploração a que ela submete a massa dos dominados, em vez de ser a emanção da representação da maioria.

Esta última se encontraria sempre impossibilitada, e mesmo incapacitada de governar-se.

Enquanto que mesmo as multidões descontentes conseguem tirar o poder aos burgueses, tratar-se-ia aqui, segundo Mosca, apenas de aparência: surge sempre e necessariamente, no seio das massas, uma nova minoria organizada que se eleva ao grau de uma classe dirigente. Eternamente secundária, a maioria dos homens se veria assim obrigada, e mesmo predestinada pela triste fatalidade da história, a sofrer a dominação de uma pequena minoria saída de seus flancos e a servir de pedestal para a grandeza de uma oligarquia.

O princípio de que uma classe dominante substitui fatalmente uma outra, e a lei que daí deduzimos, ou seja, de que a oligarquia é como a forma preestabelecida da vida em comum dos grandes agregados sociais – este princípio e esta lei, longe de enfraquecerem a concepção materialista da história ou de substituí-la, a completam e a reforçam.

Não há nenhuma contradição básica entre a doutrina de que a história seria apenas uma contínua luta de classes e outra segundo a qual as lutas de classes levariam sempre à criação de novas oligarquias a fundirem-se com as antigas.

A existência de uma classe política não é fato que vá ao encontro do marxismo considerado como filosofia da história: em cada caso particular, este fato é, com efeito, apenas a resultante das relações existentes entre as distintas forças sociais que entre si disputam a supremacia, sendo essas forças naturalmente consideradas não do ponto de vista quantitativo mas do ponto de vista dinâmico.

O socialista russo Alexandre Herzen, cujas obras apresentam grande interesse psicológico, pretendia que, a partir do dia em que o homem se tornou um acessório da propriedade, e sua vida uma luta contínua por dinheiro, os grupos políticos do mundo burguês se dividiram em dois campos: os proprietários, a se agarrarem tenazmente a seus milhões, e os cidadãos sem nada possuírem, desejando expropriar os primeiros, mas não dispendo para isso da força necessária. De onde, de um lado os avaros, do outro os invejosos.

O evolução histórica seria apenas uma sucessão ininterrupta de oposições, no sentido quase parlamentar do vocábulo, que “chegaria uma após outra à posse do poder, passando assim da inveja à avareza”.

É assim que a revolução social não traria nenhuma modificação à estrutura interna da massa. A vitória dos socialistas não será a do socialismo, que acabará no mesmo momento em que triunfarem seus seguidores.

MICHELS (Roberto), *Les Partis Politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris, Flammarion, 1914, págs. 294-296.